



AZ@BXL

Número: 341

Data: 2024.12.20

No título: [Grande Rota - Etapa 2: Ponta Delgada – Lajedo, Parque Natural das Flores](#)

Nota: A [série](#) atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). Esta quinquagésima quarta edição, e a última de 2024, aventura-se pelo trilho da “[Grande Rota - Etapa 2: Ponta Delgada – Lajedo](#)”, na ilha das Flores.

Percorrendo grande parte do litoral da ilha, entre a freguesia de Santa Cruz e a freguesia do Lajedo, a Grande Rota das Flores apresenta um percurso com um alto nível de dificuldade.

Este trilho divide-se em duas etapas, a primeira de Santa Cruz a Ponta Delgada e a segunda etapa de Ponta Delgada ao Lajedo. Ao longo das duas etapas destaca-se a beleza das paisagens sobre o mar, bem como o coberto vegetal onde se encontram muitas espécies endémicas, tanto de altitude, como costeiras. A Etapa 1 da Grande Rota das Flores percorre a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Nordeste e a Etapa 2 a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Sul e Sudoeste, a Área Protegida para a Gestão de Habitats ou Espécies da Costa Nordeste e a Área de Paisagem Protegida Zona Central e Falésias da Costa Oeste.

Partindo da Casa do Povo, comece a Etapa 2 seguindo por uma estrada entre campos agrícolas até encontrar, ao fim de poucos quilómetros, um cruzamento onde deve continuar para sul, sensivelmente com o Ilhéu de Maria Vaz à direita. Para trás fica o Farol da Ponta do Albernaz que pode ser visitado.

Após uma subida, ainda em estrada, encontre a entrada para um trilho de pé posto e siga a sinalização do percurso PR03FLO até chegar ao lugar da Ponta da Fajã, na freguesia da Fajã Grande. Continue por uma estrada e um caminho de pé posto até encontrar a estrada regional onde encontra, à direita, um caminho de terra, paralelo à Ribeira Grande que o leva à freguesia da Fajazinha.

Atravesse esta freguesia e, após subir a encosta, caminhe até encontrar a freguesia do Mosteiro. Seguindo para sul, encontra, à direita, uma bonita vista onde se observa a Rocha dos Bordões e a linha de costa. Atravessando a freguesia do Mosteiro, é possível encontrar novamente um trilho de pé posto que, prosseguindo para Sul, desemboca na freguesia do Lajedo.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Conclusões do Conselho Europeu, 19 de dezembro de 2024](#)

[Teresa Anjinho eleita provedora de Justiça europeia](#)

[Comissão afeta 132 milhões de euros à promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de elevada qualidade na UE e em todo o mundo](#)

[Embalagens sustentáveis: Conselho aprova novas regras para menos resíduos e mais reutilização na UE](#)

[Pacote de procedimentos de infração de dezembro: principais decisões tomadas pela Comissão Europeia](#)

[A segunda parte do pacote do outono do Semestre Europeu dá resposta aos desafios socioeconómicos de 2025](#)

[As empresas da UE são as principais congéneres dos EUA e da China no crescimento do investimento em I&D, quebrando a tendência de uma década](#)

[Países violam as leis da UE, mas os processos avançam a passo de caracol, segundo o Tribunal de Contas Europeu](#)



Até 9 de janeiro



Sistema de comércio de licenças de emissão da UE (CELE) - atualização do regulamento relativo às alterações do nível de atividade (período para apresentação de comentários)

No quadro do pacote legislativo da UE «Objetivo 55», a Diretiva CELE foi revista com vista a alinhá-la com a meta da UE, estabelecida na Lei Europeia em matéria de Clima, de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em 55% até 2030, em comparação com os níveis registados em 1990.

Na sequência desta revisão, a Comissão Europeia tem de atualizar vários atos regulamentares tendo em vista a aplicação do CELE. Esta iniciativa visa atualizar as regras relativas aos ajustamentos da atribuição de licenças de emissão a título gratuito em função das alterações do nível de atividade.

O período para [apresentação de comentários](#) decorre até ao dia 9 de janeiro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 17 de janeiro



Viagens — Digitalizar os bilhetes de identidade para facilitar as viagens

Tal como anunciado no seu programa de trabalho de 2023, a Comissão tenciona apresentar uma proposta sobre a digitalização dos documentos de viagem e a facilitação das viagens. A proposta reduzirá os estrangulamentos nos postos fronteiriços, reduzirá os tempos de espera e reforçará a segurança e a eficiência dos controlos nas fronteiras.

Esta [iniciativa](#) visa estabelecer um formato comum para os documentos de viagem digitais baseados nos bilhetes de identidade emitidos pelos países da UE, que os cidadãos da UE poderão utilizar ao exercerem o seu direito de livre circulação.

O período para apresentação de comentários decorre até ao dia de 17 janeiro de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas). Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo.

Até 21 de janeiro



Convites à apresentação de propostas de 2024 no âmbito do MIE-Transportes

Os [convites](#) à apresentação de propostas do Mecanismo Interligar a Europa (MIE) -Transportes de 2024 disponibilizam 2,5 mil milhões de euros para construir e modernizar as infraestruturas europeias de transportes. Apoiam a visão da Comissão Europeia de um futuro sistema de transportes sustentável, com soluções inteligentes e resilientes aplicadas para interligar a Europa.

Os projetos financiados no âmbito destes convites ajudarão a tornar a rede transeuropeia de transportes (RTE-T) mais sustentável, inteligente e resiliente e contribuirão para o objetivo da UE de alcançar a neutralidade climática até 2050.

Os convites abrangem as redes principal, principal alargada e global da RTE-T nos seguintes domínios: ferrovias; vias navegáveis interiores; portos marítimos e interiores; segurança rodoviária; terminais multimodais de mercadorias; plataformas multimodais de passageiros; aplicações inteligentes e interoperáveis para os transportes; mobilidade segura e protegida; e, resiliência das infraestruturas.

Os candidatos interessados devem contactar os pontos de contacto [nacionais](#) para o MIE-Transportes (declaração [de](#) confidencialidade), a fim de obter o seu acordo prévio para as suas propostas, **que terão de ser apresentadas até ao dia 21 de janeiro de 2025, às 17h00 (hora da Europa Central).**

27 a 30 de janeiro



Formação em contratação pública estratégica (janeiro e maio de 2025)

A formação fornece uma visão prática sobre os contratos públicos ecológicos, sociais e inovadores, bem como sobre os mais recentes desenvolvimentos no quadro legislativo da Contratação Pública (como questões internacionais, gestão de crises).

Esta formação, gratuita, online e em inglês, destina-se preferencialmente às Autoridades dos Programas Operacionais: autoridades de gestão/organismos intermédios/autoridades de auditoria nos Estados-Membros da UE.

As [inscrições](#) estão abertas para a próxima sessão online de 27 a 30 de janeiro de 2025 (4 meios-dias), bem como para a sessão presencial em Bruxelas de 19 a 20 de maio de 2025 (2 dias completos).

Mais informações [aqui](#).

28 e 29 de janeiro



Conferência de 2025 sobre Indicações Geográficas

A Conferência sobre Indicações Geográficas (IG) intitulada «Salvaguardar o nosso património, cultivar o nosso futuro» é um **evento híbrido que decorre presencialmente e em linha** na sede do EUIPO em Alicante, Espanha. A conferência visa abordar os mais recentes desenvolvimentos, desafios e oportunidades no domínio das indicações geográficas para produtos artesanais, industriais e agrícolas.

Pode consultar [aqui](#) o programa e efetuar o [registo](#) na Conferência.

Até 4 de fevereiro



2.ª Conferência Anual da Economia Azul na Europa

Esta conferência reunirá decisores políticos da UE, dos seus Estados-Membros e da administração local, académicos, ONG e representantes dos setores da energia, do mar, do transporte marítimo e da tecnologia, a fim de explorar as mais recentes políticas, iniciativas e inovações que garantem que a economia azul da UE pode apoiar uma Europa mais sustentável e competitiva.

Mais informações [aqui](#).



Convite à apresentação de projetos de investigação sobre aprovisionamento e utilização sustentáveis de energia

Está disposto a contribuir para a aceleração da dupla transição verde e digital e ajudar a UE a alcançar os seus objetivos em matéria de clima? Então aproveite esta oportunidade de financiamento para a inovação e a investigação!

No âmbito do programa de trabalho [Horizonte Europa](#), estão disponíveis dois novos convites à apresentação de propostas, no valor total de 188,6 milhões de euros, para projetos de investigação sobre aprovisionamento e utilização de energia sustentável, num total de 18 temas diferentes. As áreas temáticas incluem aplicações de mobilidade elétrica, medidas para a aceitação pelo mercado de sistemas de energias renováveis, sistemas fotovoltaicos liderados pela comunidade, fluxos de trabalho de renovação circular e soluções digitais para o planeamento participativo de edifícios e bairros. Os projetos de investigação podem incluir a exploração da viabilidade de uma tecnologia nova ou melhorada através da validação de protótipos em pequena escala ou a produção de planos para produtos e processos novos ou melhorados através da validação em larga escala, testes e replicação no mercado.

O prazo para a apresentação de candidaturas termina no dia 4 de fevereiro de 2025 (17.00 CET), podendo encontrar [aqui](#) mais informações.

Até 5 de fevereiro



MSCA lança convite à apresentação de propostas no valor de 99,5 milhões de euros para intercâmbio de pessoal

A [ação de intercâmbio de pessoal](#) oferece uma oportunidade única para promover a transferência de conhecimentos e a inovação através de colaborações internacionais no domínio da investigação.

O convite à apresentação de propostas para intercâmbios de pessoal no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie 2024 já está aberto, terminando o prazo para a apresentação de propostas em **5 de fevereiro de 2025**.

A Comissão Europeia afetará 99,5 milhões de **euros** ao financiamento de cerca de **90 projetos** que promovem a cooperação entre organizações na UE e em todo o mundo no domínio da investigação e inovação.

5 e 6 de fevereiro



Reunião de networking sobre o LIFE e o financiamento inovador para a natureza

A reunião em linha, a [realizar](#) nos dias 5 e 6 de fevereiro de 2025, utilizará a experiência adquirida no âmbito dos projetos LIFE para apresentar e explorar mecanismos de financiamento inovadores, incluindo contribuições do setor privado, para a conservação e restauração da natureza.

A reunião sobre o LIFE e o financiamento inovador para a natureza convocará decisores políticos, representantes de projetos LIFE e partes interessadas dos setores público e privado para debater estratégias de financiamento para a conservação da natureza.

O evento destacará exemplos de fontes inovadoras de financiamento para além das subvenções públicas, como a filantropia, as contribuições empresariais e os créditos de biodiversidade, com base na experiência de projetos LIFE atuais e anteriores.

A data limite para a [inscrição](#) é o dia 20 de janeiro de 2025.

Até 12 de fevereiro



ERASMUS+: Convite à apresentação de propostas para escolas e professores!

Gostaria de suscitar nos seus alunos um forte sentimento de pertença à UE? Tem ideias sobre como integrar temas alusivos à UE, como a democracia ou o papel das instituições da UE, no programa escolar?

As mais recentes ações Jean Monnet do programa Erasmus+ acabam de ser lançadas e oferecem-lhe a oportunidade ideal para receber o financiamento de que necessita para concretizar as suas ideias.

O convite à apresentação de candidaturas para 2025 está pronto para ser publicado e abrange ações especificamente destinadas às escolas e aos professores para que estes possam ensinar sobre a UE na escola. Para obter mais informações, incluindo as hiperligações para o formulário de candidatura, consulte: [Iniciativas Jean Monnet «Aprender sobre a UE»](#) e [Redes Jean Monnet para escolas](#).

Mais informação [aqui](#), incluindo o acesso ao [Guia do Programa ERASMUS+ 2025](#).

Até 13 de fevereiro



Novas fronteiras para a política social: Investir no futuro - Fórum político de alto nível da OCDE, Paris

Este Fórum Político de Alto Nível sobre Novas Fronteiras para a Política Social: Investir no Futuro terá lugar no dia 13 de fevereiro de 2025 na sede da OCDE em Paris, França, na véspera da Reunião Ministerial de Política Social da OCDE.

O Fórum é organizado pela OCDE, em colaboração com o Ministério da Juventude e Modernização de Portugal, liderado por Sua Excelência Margarida Balseiro Lopes, Ministra da Juventude e da Modernização, e o Ministério do Trabalho e da Economia Social de Espanha, liderado por Sua Excelência Yolanda Díaz Perez, Segunda Vice-Presidente e Ministra do Trabalho e da Economia Social, e em parceria com a AARP e a Fundação Calouste Gulbenkian.

Mais informações [aqui](#).



Conectividade de base para as Estratégias Globais Digitais

O objetivo deste convite para apresentação de candidaturas lançado ao abrigo do Mecanismo Interligar a Europa Digital, é apoiar a implantação ou modernização das redes de [base no âmbito da Estratégia Digital Global Gateway da UE](#), contribuindo para reforçar a qualidade da conectividade na União (incluindo nos PTU), bem como entre os Estados-Membros e os países terceiros.

A UE apoiará a construção de infraestruturas que respondam às necessidades de conectividade de uma região ou da União no seu conjunto, integrando rotas complementares que melhorem a redundância e incluam soluções tecnológicas de ponta. São incentivados projetos com benefícios claros em termos de relação custo-eficácia e de sinergia entre os intervenientes (partes interessadas, regiões, Estados-Membros, etc.).

Este convite apoiará ainda estudos, que podem ser estudos por computador, levantamentos marítimos no solo para cabos submarinos ou pedidos de licenças necessárias, ou seja, todo o trabalho preparatório necessário antes do trabalho de infraestrutura.

Esta preparação deverá ter por objetivo a implantação de infraestruturas de base que contribuam para reforçar a qualidade da conectividade na União (incluindo os PTU), bem como entre os Estados-Membros e os países terceiro

A data limite para a apresentação das candidaturas é o dia 13 de fevereiro de 2025, às 17.00 (hora da Europa Central).

Pode encontrar mais informações [aqui](#).

Até 18 de fevereiro



FEAMPA: Projetos emblemáticos regionais de apoio à economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE – especialização inteligente, bem como agricultura oceânica regenerativa e inovação no domínio das algas

A Comissão Europeia lançou um novo convite à apresentação de propostas financiado ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA).

Com 5,7 milhões de euros, o convite à apresentação de propostas visa financiar projetos emblemáticos regionais de apoio à economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE para a especialização inteligente, bem como a agricultura oceânica regenerativa e a inovação no domínio das algas.

O convite à apresentação de propostas abrange dois temas que visam apoiar o desenvolvimento de uma economia azul sustentável na UE: **Cooperação marítima regional que promove a especialização inteligente e a inovação na economia azul sustentável** (tema 1) e **Demonstrar a viabilidade e os benefícios ambientais da agricultura oceânica regenerativa e impulsionar a inovação no domínio das algas** (tema 2).

Âmbito geográfico das atividades: As bacias do mar Negro, do mar Báltico, do mar do Norte, do Atlântico e do mar Mediterrâneo, bem como as **zonas marinhas das regiões ultraperiféricas da UE**.

Os candidatos podem apresentar as suas propostas até às 17h00 (hora da Europa Central) de **18 de fevereiro de 2025**.

A CINEA organiza uma jornada de informação em linha no dia **15 de outubro, das 14h30m às 16h45m (CEST)**. Os oradores da CINEA e da DG MARE apresentarão o convite à apresentação de propostas e o processo de candidatura, incluindo sugestões e truques sobre como redigir uma proposta bem-sucedida.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 19 de fevereiro



Music Moves Europe - novo convite à apresentação de propostas

A Comissão Europeia lançou um novo convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 5 milhões de euros, no âmbito do *Music Moves Europe* – o quadro das iniciativas e ações da Comissão Europeia para apoiar o setor musical europeu.

Este convite visa apoiar a transição ecológica e a sustentabilidade ambiental do setor musical europeu. O objetivo é selecionar um consórcio para levar a cabo várias ações estratégicas: uma avaliação das necessidades do setor para identificar práticas que necessitam de mudança, o mapeamento das melhores práticas ecológicas, a implementação de campanhas de formação e sensibilização, bem como apoio financeiro a organizações musicais que adotem práticas inovadoras e sustentáveis.

As candidaturas estão abertas até 19 de fevereiro de 2025 (17h00 de Bruxelas).

Mais informação [aqui](#).

19 e 20 de fevereiro



Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu

A [164.ª Sessão Plenária do Comité das Regiões Europeu](#) está agendada para os dias 19 e 20 de fevereiro de 2025 e marca o início do novo mandato quinquenal (que se inicia a 26 de janeiro de 2025 e termina a 25 de janeiro de 2030) do Comité das Regiões Europeu. Os membros recém-nomeados do CR elegerão o seu presidente e primeiro vice-presidente, que exercerão funções durante os próximos dois anos e meio. No dia seguinte à reunião plenária, em 21 de fevereiro, as comissões do CR realizarão as suas reuniões constitutivas e elegerão os seus presidentes.

Pode encontrar [aqui](#) a informação sobre o calendário para 2025 das reuniões do Comité das Regiões Europeu.

3 a 7 de março



European Ocean Days 2025

A 2.ª edição dos Dias Europeus dos Oceanos, “Dias Europeus dos Oceanos 2025”, terá lugar em Bruxelas, de 3 a 7 de março de 2025, evento organizada pela primeira vez em 2024.

Tal como na edição anterior, será uma semana de eventos relacionados com temas marinhos e marítimos europeus e abrangerá, em dias separados ao longo da semana, a missão da UE Oceano e Águas, ciência das pescas, inovação azul e oportunidades de investimento, atividades de literacia oceânica e muitos outros temas.

Mais detalhes [aqui](#).

Até 5 de março



Comissão convida à apresentação de observações sobre a proposta de revisão das orientações relativas aos auxílios estatais à aviação

A Comissão Europeia lançou uma [consulta pública convidando todas as partes interessadas a apresentarem as suas observações](#) sobre uma proposta de revisão específica das [Orientações relativas aos auxílios estatais a aeroportos e companhias aéreas](#) de 2014 («Orientações relativas à aviação»). As partes interessadas podem responder à consulta até 5 de março de 2025.

As Orientações relativas à aviação fornecem orientações específicas sobre a noção de auxílio e as condições para os auxílios estatais no setor da aviação serem compatíveis com o mercado único.

Para o efeito, a consulta pública agora lançada decorre sob a forma de um questionário que permitirá que as partes interessadas e o público em geral participem no processo de revisão, fazendo ouvir as suas vozes, o que, em última análise, ajudará a Comissão a identificar as alterações necessárias e a conceber melhor as novas regras. Em [agosto de 2024](#), a Comissão publicou um convite à apreciação a fim de dar início à revisão.

As partes interessadas podem remeter as suas respostas ao questionário até 5 de março de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 7 de março



A Comissão promove consulta pública sobre diretivas relativas aos contratos públicos

A Comissão [publicou](#) um convite à apresentação de informações e uma consulta pública sobre as [diretivas relativas aos contratos públicos](#). Tal como anunciado nas orientações políticas do Presidente, a Comissão proporá uma revisão das diretivas relativas aos contratos públicos. A revisão modernizará as regras em matéria de contratos públicos, tendo nomeadamente em conta as empresas em fase de arranque e os inovadores da UE, e dará preferência aos produtos europeus nos contratos públicos para determinados setores estratégicos.

Esta iniciativa visa avaliar as seguintes diretivas: Diretiva 2014/23/UE relativa à adjudicação de contratos de concessão; Diretiva 2014/24/UE relativa aos contratos públicos; e, a Diretiva 2014/25/UE relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais.

As partes interessadas são convidadas a exprimir os seus pontos de vista sobre a eficácia com que as diretivas alcançaram os seus objetivos, incluindo a promoção de um elevado nível de concorrência no mercado único, o aumento da participação das pequenas e médias empresas nos procedimentos de adjudicação de contratos, a garantia da transparência e a promoção de uma economia europeia mais ecológica, mais social e inovadora. Estas contribuições serão tidas em conta na avaliação das diretivas relativas aos contratos públicos pela Comissão.

A avaliação medirá o seu desempenho e impacto em toda a UE, se continuam a ser adequados à sua finalidade, se atingem os objetivos pretendidos a um custo mais baixo e se são adequados para enfrentar os desafios atuais.

Todas as partes interessadas podem contribuir para o convite à apresentação de informações e/ou para a consulta pública até 7 de março de 2025 (24 horas - hora de Bruxelas). A consulta estará disponível em todas as línguas da UE.

18 de março



Promover a prosperidade e a transformação industrial da Europa: As cooperativas como motores da mudança

Em 18 de março de 2025 (terça-feira, 18 de março de 2025, **das 8.30 às 17.30** (hora da Europa Central)), a Comissão Europeia realizará uma conferência sobre as cooperativas enquanto intervenientes fundamentais no reforço da resiliência económica e da coesão social na União Europeia.

Lançado pelas Nações Unidas, o Ano Internacional das Cooperativas 2025 representa uma oportunidade única para a Comissão Europeia demonstrar o seu empenho no modelo cooperativo.

A conferência incluirá sessões plenárias e seminários destinados a promover o diálogo entre académicos, profissionais e decisores políticos sobre a forma como o modelo cooperativo pode impulsionar uma economia mais próspera e sustentável na UE.

Pode em breve [aqui](#) encontrar atualizações sobre o registo e a agenda.

20 e 21 de março



Reunião de Networking – Principais desafios para melhorar a restauração da natureza na UE – aprender com a experiência LIFE

A reunião em linha, que terá lugar de 20 a 21 de março, destacará soluções para a expansão da restauração da natureza na UE, com base nas experiências dos projetos LIFE. Os principais desafios e estratégias bem-sucedidas desses projetos serão discutidos para promover a restauração eficaz da natureza em toda a Europa.

Esta reunião apresentará a experiência de quinze projetos financiados pelo LIFE que implementam a restauração dos ecossistemas em toda a União Europeia. Em especial, este evento centrar-se-á na exploração e no debate de soluções bem-sucedidas para três temas estratégicos que são fundamentais para a expansão dos projetos de restauração da natureza: «transferência de conhecimentos e reforço das capacidades», «acesso à terra» e «mobilização de outros setores».

Mais informações [aqui](#), podendo efetuar o seu [registo de participação](#) até ao dia 14 de março de 2025.

7 e 8 de abril



XXIX Conferência dos Presidentes das RUP, Ilha da Reunião

A XXIX Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas realizar-se-á nos dias 7 e 8 de abril de 2025 na ilha da Reunião.

Huguette Bello, Presidente do Conselho Regional da Reunião, transmitirá a Presidência rotativa para Ary Chalus, Presidente do Conselho Regional de Guadalupe (2025), a que se sucederá a Presidência da Região Autónoma da Madeira em 2026.

Mais informação em breve [aqui](#).

8 e 9 de abril



Conferência sobre o Pacto Rural «Da visão à ação: Capacitar as zonas rurais para o futuro»

A [segunda conferência sobre o Pacto Rural](#), organizada pelo Gabinete de Apoio ao Pacto Rural, reunirá 250 participantes numa zona rural belga. O evento proporcionará dois dias de trabalho em rede e reflexões para fazer avançar a visão rural para 2040, consolidar o Plano de Ação para as Zonas Rurais e orientar as futuras ações do Pacto Rural.

Expresse [aqui](#) o seu interesse em participar na Conferência (até 7 de fevereiro). Pode consultar [aqui](#) a agenda provisória.

14 e 15 de maio



Clean energy for EU islands forum 2025 em São Miguel

“Junte-se a nós nos Açores para o fórum #CE4EUislands 2025! “

Comunidades insulares, especialistas e partes interessadas vão reunir-se para explorar o caminho para alcançar um futuro de energia 100% renovável, equilibrando as prioridades ambientais, económicas e sociais.

O evento será organizado presencialmente em São Miguel (Açores) e os pontos selecionados da agenda serão transmitidos ao vivo.

Mais informações sobre a agenda, o local e informações úteis serão divulgadas em breve [aqui](#).

19 e 20 de maio



Fórum Humanitário Europeu 2025

O 4.º Fórum Humanitário Europeu 2025 será coorganizado pela Comissão Europeia e pela Polónia, que exerce a Presidência do Conselho da UE, em 19 e 20 de maio de 2025, no Centro de Congressos “The Square” em Bruxelas.

Tal como nas três edições anteriores, o evento será organizado em paralelo com a reunião do Conselho dos Negócios Estrangeiros (CNE).

Mais informações serão publicadas em breve [aqui](#).

21 a 23 de maio



Dia Europeu do Mar 2025

O [Dia Europeu do Mar 2025](#) terá lugar em Cork, Irlanda, de 21 a 23 de maio de 2025.

Trata-se do evento anual durante o qual a comunidade marítima europeia se reúne para estabelecer redes, debater e delinear ações conjuntas no domínio dos assuntos marítimos e da economia azul sustentável.

Proporciona uma experiência envolvente e interativa para acompanhar a situação atual de um vasto leque de questões relativas à economia azul e ao ambiente marinho e debater formas de avançar. Apresenta oradores inspiradores, sessões temáticas, workshops para as partes interessadas, exposições e muitas oportunidades de networking. O Dia Europeu do Mar destina-se a profissionais de empresas, governos, instituições públicas, ONG e universidades, bem como a cidadãos da UE interessados no mar.

O Dia Europeu do Mar incluirá também o terceiro evento anual organizado pelo Fórum Azul: o Diálogo sobre Pescas e Oceanos.

10 a 12 de junho



European Sustainable Energy Week (EUSEW)

A Semana Europeia da Energia Sustentável (EUSEW) tornou-se uma pedra angular do movimento europeu das energias limpas, preparando-se agora para a sua 19.ª edição com a EUSEW 2025. Este evento anual reúne uma comunidade apaixonada dedicada a criar um futuro energético seguro e sustentável para as próximas gerações.

A 19.ª edição da Conferência Política terá lugar em formato híbrido, em Bruxelas e em linha, de 10 a 12 de junho de 2025.

A Conferência Política da Semana Europeia da Energia Sustentável (EUSEW) é a maior conferência dedicada às energias renováveis e à utilização eficiente da energia na Europa.

Desde o seu lançamento em 2007 pela Comissão Europeia, a EUSEW tornou-se uma plataforma fundamental para o diálogo e a colaboração sobre as políticas e iniciativas energéticas da UE. Trata-se de uma conferência emblemática anual da Direção-Geral da Energia (DG ENER), coorganizada com a Agência de Execução Europeia para o Clima, as Infraestruturas e o Ambiente (CINEA).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Comissão afeta 132 milhões de euros à promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de elevada qualidade na UE e em todo o mundo

A Comissão afetará **132 milhões de euros em 2025** ao cofinanciamento de atividades de promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de elevada qualidade da UE no mercado interno e a nível mundial. O [programa de trabalho da política de promoção para 2025](#) adotado pela Comissão destina-se a criar novas oportunidades de mercado para os agricultores da UE e para a indústria alimentar da UE em geral, bem como a ajudá-los a garantir a segurança das suas empresas existentes. As suas prioridades têm em conta os objetivos globais de sustentabilidade e competitividade, bem como de segurança alimentar, delineados nas [orientações políticas para a Comissão 2024-2029](#).

A adoção do programa de trabalho para 2025 assinala igualmente **10 anos de política de promoção da UE. Durante este período, um total de mais de 600 campanhas foram cofinanciadas pela Comissão Europeia com a sua assinatura comum** – «Enjoy, it's from Europe» –, apoiando a reputação dos produtos agroalimentares da UE na União e em todo o mundo.

Os montantes disponíveis para os programas a selecionar em 2025 são repartidos entre **a promoção em países terceiros e no mercado interno da UE, com 63,4 milhões de euros e 58,6 milhões de euros, respetivamente.**

O programa de trabalho identifica as regiões e os países com elevado potencial de crescimento fora da UE como principais mercados-alvo de promoção. Estes incluem a China, o Japão, a Coreia do Sul, Singapura e a América do Norte. O Reino Unido continua a ser um dos principais mercados de exportação de produtos agroalimentares da UE, absorvendo mais de 20 % das exportações agroalimentares da UE.

A [Agência de Execução Europeia da Investigação](#) (REA) **lançará dois convites à apresentação de propostas em 22 de janeiro de 2025** – um para os chamados programas «simples», com uma ou mais organizações do mesmo país da UE; um para programas «multi», com, pelo menos, duas organizações de, pelo menos, dois Estados-Membros, ou de uma ou mais organizações a nível europeu.

Em **29 e 30 de janeiro de 2025, terá lugar em Bruxelas e em linha uma jornada de informação**. Os potenciais beneficiários são convidados a participar para obter informações sobre as oportunidades de financiamento e o processo de candidatura.

Pode consultar [aqui](#) mais informação sobre esta ação da Comissão Europeia.

Grupo de Alto Nível sobre o Vinho apresenta recomendações políticas para o futuro do setor vitivinícola da UE

O Grupo de Alto Nível sobre a Política Vitivinícola [emitiu](#) um [conjunto de recomendações](#) destinadas a garantir a adequação do setor vitivinícola da UE. Estas recomendações foram aprovadas pelos 27 países da UE e partilhadas com representantes das principais organizações de partes interessadas na reunião final do grupo. O Grupo insta a Comissão Europeia a avaliar de que forma e quando estas propostas podem ser integradas no quadro da política vitivinícola da UE, sublinhando a necessidade de apoiar os produtores de

vinho e as regiões de toda a Europa a adaptarem-se a um futuro difícil. [O Comissário Hansen](#) participou na última reunião e fez observações finais, salientando a importância das recomendações e dos esforços de colaboração do Grupo.

As recomendações do Grupo consistem numa série de ações políticas específicas para fazer face aos desafios que o setor vitivinícola enfrenta e centram-se em três domínios fundamentais: alinhar a produção de vinho com a procura, reforçar a resiliência aos desafios do mercado e do clima e adaptar-se às tendências para aproveitar novas oportunidades de mercado.

Em primeiro lugar, as recomendações reconhecem a força e o elevado potencial dos instrumentos políticos existentes, salientando a necessidade de otimizar a sua utilização, mas concluem que estes instrumentos podem ser ajustados e reforçados para enfrentar os desafios futuros, a fim de assegurar o êxito contínuo do setor.

O Grupo salienta a necessidade de gerir o potencial de produção de vinho para fazer face ao excesso de oferta estrutural seguindo uma abordagem estratégica coerente a nível nacional, com medidas adaptadas para reforçar a competitividade, a sustentabilidade e a resiliência. Estes instrumentos incluem regimes de arranque específicos para determinadas regiões ou vinhos, uma modulação temporária do potencial de produção através de um sistema de gestão mais flexível para as autorizações de plantação e replantação de vinhas, ou mecanismos para facilitar o ajustamento dos rendimentos das uvas.

O grupo sublinha igualmente a necessidade de reforçar a resiliência dos viticultores aos riscos de mercado e climáticos, combatendo de forma mais eficaz as práticas comerciais desleais e orientando melhor o apoio para instrumentos reforçados de gestão do risco e soluções de seguros inovadoras, bem como o alinhamento dos investimentos com os planos de adaptação às alterações climáticas. No que diz respeito ao orçamento da política agrícola [comum](#) (PAC) para o setor vitivinícola, o Grupo recomenda que se dê flexibilidade à gestão financeira e à alteração dos programas de apoio nacionais dedicados ao vinho, a fim de permitir uma reação mais rápida aos acontecimentos de mercado ou climáticos.

Por último, o Grupo sublinha a necessidade de facilitar a adaptação do setor à evolução das preferências dos consumidores e das tendências do mercado mundial, melhorando a recolha de dados, facilitando as técnicas e a promoção de produtos vitivinícolas adaptados a novos gostos e exigências, incluindo vinhos desalcooolizados, e apoiando a inovação. Destaca igualmente as oportunidades para o setor na promoção dos vinhos da UE como mensageiros da sustentabilidade, da proteção da paisagem, do desenvolvimento rural e da cultura, a importância de facilitar as vendas diretas dos produtores aos consumidores e a necessidade de promover o enoturismo.

Lei contra desflorestação: Parlamento e Conselho dão às empresas mais um ano para cumprirem

As empresas terão mais um ano para cumprir as novas regras da UE que visam prevenir a destruição de florestas ao proibir a venda na UE de produtos provenientes de terras desflorestadas.

O Parlamento [aprovou](#) o acordo político provisório com o Conselho para adiar por um ano a aplicação das novas regras, com 546 votos a favor, 97 votos contra e 7 abstenções.

Também o Conselho [adotou formalmente](#) o regulamento relativo ao adiamento por um ano da aplicação da lei da UE sobre a desflorestação.

Este adiamento permitirá que os países terceiros, os Estados-Membros, os operadores e os comerciantes estejam plenamente preparados em termos das suas obrigações em matéria de dever de diligência, a fim de assegurar que determinados produtos e produtos vendidos na UE ou exportados da UE estão isentos de desflorestação.

A adoção formal pelo Conselho marca a etapa final do processo legislativo ordinário. O regulamento será agora assinado e publicado no Jornal Oficial da UE, para que possa entrar em vigor antes do final do ano.

Com a revisão geral do regulamento prevista até 30 de junho de 2028, a Comissão irá analisar medidas adicionais para simplificar e reduzir os encargos administrativos para as empresas.



Ambiente

Embalagens sustentáveis: Conselho aprova novas regras para menos resíduos e mais reutilização na UE

O Conselho adotou formalmente um regulamento relativo a embalagens e resíduos de embalagens. As novas regras reduzirão significativamente a produção de resíduos de embalagens, estabelecendo metas vinculativas de reutilização, restringindo certos tipos de embalagens de utilização única e exigindo que os operadores económicos minimizem as embalagens utilizadas. O regulamento abrange todo o ciclo de vida da embalagem.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Comissão insta PORTUGAL a melhorar as respetivas disposições nacionais em matéria de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas

A Comissão Europeia decidiu dar início a um procedimento de infração através do envio de uma carta de notificação para cumprir a **Portugal** [INFR(2024)2225] por não ter harmonizado plenamente a sua legislação nacional com a Diretiva relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas (Diretiva Seveso III) ([Diretiva 2012/18/UE](#)).

A diretiva aplica-se a mais de 12 000 instalações industriais na União Europeia onde são utilizadas ou armazenadas substâncias perigosas em grandes quantidades. Estabelece igualmente regras para prevenir acidentes industriais graves e minimizar os respetivos impactos nocivos na saúde humana e no ambiente. O seu âmbito de aplicação abrange a indústria química e petroquímica e os setores grossista e de armazenamento de combustível. São aplicáveis diferentes regimes de segurança, em função da quantidade de substâncias perigosas presentes, com a aplicação de requisitos legais mais rigorosos às instalações que tratam volumes elevados. Até à data, Portugal não transpôs corretamente as disposições relativas ao âmbito de aplicação da diretiva, à informação do público e aos planos de emergência. Por conseguinte, a Comissão decidiu enviar uma carta de notificação para cumprir a Portugal, que dispõe agora de dois meses para responder e corrigir as deficiências mencionadas pela Comissão. Na ausência de uma resposta satisfatória, a Comissão poderá decidir emitir um parecer fundamentado.

Conselho (Ambiente), 17 dezembro 2024: Principais resultados alcançados

Os ministros do Ambiente da UE reuniram-se em Bruxelas para chegar a uma abordagem geral para um regulamento sobre a prevenção das perdas de pellets de plástico. Debateram igualmente a proposta de regulamento relativo aos veículos em fim de vida e a comunicação sobre a meta climática da UE para 2040.

Informação mais detalhada [aqui](#).

UE introduz rótulo de emissões de voo para viagens mais informadas e sustentáveis

A Comissão [adotou](#) um regulamento que institui um **rótulo de emissões de voo (FEL)**, que oferece uma metodologia clara e fiável para o cálculo das emissões de voo. As companhias aéreas que operam voos dentro da UE ou com partida da UE poderão aderir voluntariamente a este rótulo, que estará plenamente operacional a partir de julho de 2025. Até ao início do próximo verão, os passageiros terão a possibilidade de ver e comparar as **emissões estimadas de gases com efeito de estufa (GEE) dos seus voos**, permitindo-lhes tomar decisões de compra mais informadas.

Atualmente, a falta de uma metodologia e de critérios comuns para estimar as emissões dos voos leva as companhias aéreas e os vendedores de bilhetes a comunicarem os níveis de emissões utilizando metodologias díspares que não são necessariamente comparáveis. O Rótulo de Emissões de Voo visa alterar esta situação, estabelecendo uma **metodologia fiável e harmonizada** para estimar as emissões de voo, tendo em conta fatores como o **tipo de aeronave, o número médio de passageiros e o volume de carga a bordo**, bem como o **combustível de aviação** utilizado.

Ao pesquisar voos ou reservar bilhetes em linha, **será apresentado um logótipo específico juntamente com os dados relativos às emissões dos voos**, garantindo que as informações são fiáveis. Tal ajudará os passageiros a tomar decisões informadas e protegê-los de alegações enganosas de branqueamento ecológico.

Mais informações sobre o [Rótulo das emissões de voo no sítio Web da AESA](#).



Coesão e solidariedade interna da UE

A segunda parte do pacote do outono do Semestre Europeu dá resposta aos desafios socioeconómicos de 2025

A Comissão apresentou a segunda parte do pacote do outono do Semestre Europeu. A apresentação da primeira parte do pacote, em 26 de novembro, marcou o lançamento do ciclo de execução no âmbito do novo quadro de governação económica. Esta segunda parte do pacote baseia-se na primeira e inclui a proposta de recomendação da Comissão para 2025 sobre a política económica da área do euro, o Relatório de 2025 sobre o Mecanismo de Alerta e a proposta da Comissão relativa ao Relatório Conjunto sobre o Emprego de 2025.

O Semestre Europeu continuará a identificar os desafios socioeconómicos e a fornecer orientações sobre as medidas políticas a adotar para lhes dar resposta. Para o efeito, o ciclo do Semestre Europeu de 2025 melhorará a sua base analítica e reforçará o diálogo com os Estados-Membros e outras partes interessadas sobre medidas políticas concretas. O pacote da primavera do Semestre Europeu apresentará recomendações específicas por país (REP) a fim de permitir aos Estados-Membros fazer face aos principais desafios específicos identificados nos respetivos relatórios.

Mais detalhes [aqui](#).

Comissão congratula-se com o acordo sobre nova legislação destinada a atenuar os obstáculos administrativos e jurídicos transfronteiras - BRIDGEforEU

A Comissão Europeia [congratula-se](#) com o acordo alcançado entre o Parlamento e o Conselho sobre o novo Instrumento para o Desenvolvimento e o Crescimento das Regiões Fronteiriças na UE – BRIDGEforEU.

O regulamento apoia o desenvolvimento das regiões fronteiriças, onde vivem mais de 150 milhões de cidadãos da UE, através da introdução de um procedimento normalizado para identificar e resolver os obstáculos transfronteiriços que dificultam a plena integração dos cidadãos e das empresas na UE. Os cidadãos, as empresas e as administrações públicas destas regiões enfrentam desafios relacionados com diferentes normas técnicas, procedimentos administrativos e quadros jurídicos, em ambos os lados das fronteiras. Esta situação afeta a implantação de projetos transfronteiriços de infraestruturas ou de serviços públicos, como o acesso a cuidados de saúde e serviços de emergência, a coordenação da resposta a catástrofes ou projetos conjuntos de infraestruturas. A eliminação destes obstáculos melhorará o funcionamento do mercado único da UE e proporcionará um melhor acesso aos serviços e oportunidades económicas para os cidadãos e as empresas.

O regulamento inclui a possibilidade de criar pontos de coordenação transfronteiras, um novo serviço que avaliará os pedidos das partes interessadas locais sobre potenciais obstáculos e atuará como elo de ligação com as autoridades nacionais para lhes dar resposta. As partes interessadas receberão uma resposta formal explicando se e como um obstáculo pode ser resolvido.

Após a avaliação e o reconhecimento de um obstáculo, os Estados-Membros e as regiões podem utilizar o Instrumento de Facilitação Transfronteiriça, um procedimento normalizado voluntário concebido para resolver obstáculos administrativos e jurídicos. Embora cada pedido deva ser respondido, a decisão de resolver ou não um obstáculo continua a ser uma prerrogativa das autoridades nacionais competentes.

A Comissão criará igualmente um registo público dos obstáculos, recolhendo dados dos Estados-Membros sobre questões transfronteiriças nas fronteiras terrestres e marítimas. Este registo dará maior visibilidade a estes obstáculos e permitirá à Comissão apoiar os Estados-Membros na sua resolução através da partilha de informações e conhecimentos.

Aumenta flexibilidade dos fundos da UE para financiar medidas de recuperação de catástrofes naturais

O Parlamento [aprovou](#) duas novas leis que vêm aumentar a flexibilidade no financiamento da UE para medidas de recuperação de catástrofes naturais, que ocorreram após 1 de janeiro de 2024.

A proposta relativa ao apoio de emergência regional à reconstrução («RESTORE») permite aos países da UE canalizar mais facilmente verbas do [Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional](#) (FEDER) e do [Fundo de Coesão](#) para a reconstrução em casos de catástrofe, como os incêndios florestais que lavraram em Portugal em setembro.

O FEDER poderá financiar projetos de recuperação até 95% do seu custo total. Para garantir verbas rapidamente para as pessoas necessitadas, será igualmente disponibilizado um pré-financiamento adicional até 25% do montante total. A proposta também permite uma utilização mais flexível dos fundos do [Fundo Social Europeu Mais](#) para financiar regimes de trabalho de curta duração, apoiar o acesso aos cuidados de saúde e satisfazer necessidades básicas.

Esta nova flexibilidade aplica-se a medidas para recuperar de catástrofes que ocorreram em 2024 ou 2025. No próximo ano, as alterações propostas deverão mobilizar 3 mil milhões de euros de financiamento através da antecipação dos pagamentos para o período 2025-2027.

Os **países da UE com fundos não utilizados provenientes de programas de desenvolvimento rural** poderão acelerar a utilização destes fundos para compensar as perdas dos agricultores, detentores de áreas florestais e PME ativas nestes setores que sofreram a destruição de, pelo menos, 30% do seu potencial de produção. Este valor será pago sob a forma de montantes fixos e será integralmente coberto por fundos da UE. Os pagamentos aos beneficiários serão efetuados até ao final de 2025.

Também o Conselho já [procedeu](#) à adoção destas propostas, recorrendo a um procedimento escrito, o que constitui, como sabemos, a etapa final do processo legislativo. O regulamento RESTORE entrará em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial, enquanto as alterações ao regulamento que rege o FEADER entrarão em vigor na data da sua publicação no Jornal Oficial.

Uma vez que os regulamentos entrem em vigor, os Estados -Membros em causa poderão remobilizar fundos para fazer face a catástrofes recentes, com base nas suas necessidades específicas. Terão então de apresentar alterações ao programa à Comissão para revisão e adoção.



Cultura e Comunicação

A Comissão insta PORTUGAL a eliminar regras discriminatórias no que respeita a taxas de admissão a museus nacionais

A Comissão Europeia decidiu dar início a um procedimento de infração através do envio de uma carta de notificação para cumprir a **Portugal** [INFR(2024)2250] por não cumprimento da [Diretiva 2006/123/CE](#) relativa aos serviços no mercado interno e do [artigo 56.º do TFUE](#), que garante que os destinatários dos serviços podem aceder a esses serviços noutros Estados-Membros nas mesmas condições que as garantidas aos cidadãos nacionais. Estas regras constituem uma das liberdades fundamentais do mercado único da UE, fomentando as atividades transfronteiriças e eliminando a discriminação baseada na nacionalidade e na residência. Portugal concede acesso gratuito a certos museus, monumentos e palácios aos domingos e feriados, mas apenas aos residentes de Portugal.

A Comissão considera que estas regras discriminam os visitantes que residem noutros Estados-Membros. O Tribunal de Justiça da União Europeia estabeleceu já em 1994 que as visitas a museus noutro Estado-Membro são abrangidas pelas regras da UE em matéria de livre circulação de serviços. O Tribunal de Justiça sublinhou igualmente o direito de os turistas de outros Estados-Membros, enquanto destinatários de serviços, beneficiarem desses serviços de museu nas mesmas condições que as garantidas aos cidadãos nacionais. Por conseguinte, a Comissão decidiu enviar uma carta de notificação para cumprir a Portugal, que dispõe agora de dois meses para responder e corrigir as deficiências mencionadas pela Comissão. Na ausência de uma resposta satisfatória, a Comissão poderá decidir emitir um parecer fundamentado.

Prémio da União Europeia para a Literatura

No período de natal, [aproveite](#) para pôr a leitura em dia descobrindo os escritores distinguidos com o [Prémio da União Europeia para a Literatura](#)!

O prémio é atribuído todos os anos desde 2009 a escritores emergentes europeus, celebrando a diversidade linguística e a riqueza da ficção contemporânea dos países participantes no programa Europa Criativa da UE.

Sabia que 5 escritores portugueses já foram distinguidos?: 2024: [Gabriela Ruivo – Lei da gravidade](#) (Porto Editora); 2021: [Frederico Pedreira – A lição do sonâmbulo](#) (Companhia das Ilhas); 2015: [David Machado – Índice Médio de Felicidade](#) (D. Quixote); 2012: [Afonso Cruz – A boneca de Kokoschka](#) (Companhia das Letras); e, 2009: [Dulce Maria Cardoso - Os meus sentimentos](#) (Edições ASA).

Aproveite também para descobrir todos os escritores e obras nomeados para a edição de 2024: [Aqui estão os vencedores do Prémio de Literatura da União Europeia de 2024: Cultura e Criatividade](#)



Defesa e Segurança

Luta contra o terrorismo e o extremismo violento: Conselho aprova conclusões sobre o reforço das ligações externas-internas

O Conselho aprovou conclusões destinadas a intensificar os esforços para combater o terrorismo e o extremismo violento. Juntamente com as conclusões do Conselho sobre as «prioridades futuras para reforçar os esforços conjuntos de luta contra o terrorismo da UE e dos seus Estados-Membros», aprovadas na semana passada, as conclusões de hoje provam a determinação da UE em cooperar com os países parceiros e proteger os cidadãos da UE.

Mais detalhes [aqui](#).

Corno de África e Somália: Prorrogação dos mandatos da Operação ATALANTA, da EUTM e da EUCAP Somália por dois anos

O Conselho [decidiu](#) prorrogar o mandato da Operação ATALANTA da Força Naval da UE e da Missão de Formação Militar da UE na Somália (EUTM Somália) até 28 de fevereiro de 2027, juntando-se à sua decisão de 5 de dezembro de prorrogar o mandato da missão de reforço das capacidades civis da UE (EUCAP Somália) até à mesma data. Estas decisões foram tomadas na sequência da revisão estratégica holística do compromisso da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) na Somália e no Corno de África, com o objetivo de reforçar a resposta da UE a um contexto de segurança em evolução e reforçar o seu papel como garante da segurança marítima.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

Cimeira União Europeia-Balcãs Ocidentais

Os dirigentes da UE e dos Balcãs Ocidentais [reuniram-se](#) em Bruxelas em 18 de dezembro.

A reunião constituiu uma oportunidade para prosseguir a nova dinâmica da parceria estratégica entre a União Europeia e os Balcãs Ocidentais, incluindo uma reflexão sobre a forma de aprofundar essa parceria e avançar em conjunto para um futuro comum na União Europeia.

Os principais temas de discussão foram: reforçar a integração UE-Balcãs Ocidentais através do plano de crescimento; aprofundar o compromisso político da UE com os Balcãs Ocidentais em múltiplos domínios, incluindo a política externa e de segurança; construir uma base económica para o futuro e mitigar o impacto da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia; e, cooperação em matéria de gestão das migrações e de luta contra a corrupção e a criminalidade organizada.

Durante o jantar, os dirigentes debateram também o contexto geopolítico e os desafios que afetam ambas as regiões.

A cimeira foi presidida pelo Presidente António Costa, pela primeira vez na sua nova qualidade de Presidente do Conselho Europeu.

Pode aceder [aqui](#) ao texto integral da declaração de Bruxelas da Cimeira UE-Balcãs Ocidentais de 18 de dezembro de 2024.

Décima sétima reunião a nível ministerial da Conferência de Adesão com o Montenegro

Realizou-se em Bruxelas a décima sétima reunião a nível ministerial da Conferência de Adesão com o Montenegro.

A delegação da União Europeia foi chefiada por Péter Szijjártó, Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio, em nome da Presidência húngara do Conselho da União Europeia, com a participação da Comissária responsável pelo Alargamento, Marta Kos. A delegação montenegrina foi chefiada por Miloško Spajić, primeiro-ministro do Montenegro.

A reunião serviu para encerrar provisoriamente as negociações sobre os seguintes capítulos de negociação: Capítulo 7 - Direito da propriedade intelectual; Capítulo 10 - Sociedade da informação e meios de comunicação social; e, Capítulo 20 - Política empresarial e industrial.

Esta reunião segue-se à décima sexta reunião da Conferência de Adesão com o Montenegro, realizada em 26 de junho de 2024, na qual a UE confirmou que, de um modo geral, o Montenegro cumpriu os critérios de referência intercalares estabelecidos para os capítulos relativos ao Estado de direito (capítulos 23 e 24), abrindo caminho para que o país inicie o processo de encerramento dos capítulos das negociações de adesão.

O acompanhamento dos progressos no alinhamento e na aplicação do acervo da UE prosseguirá ao longo das negociações. A UE regressará, se necessário, a estes capítulos num momento oportuno.

Mais informação [aqui](#).

Terceira reunião a nível ministerial da Conferência de Adesão com a Albânia

Realizou-se em Bruxelas a terceira reunião a nível ministerial da Conferência de Adesão com a Albânia.

A delegação da União Europeia foi chefiada por Péter Szijjártó, Ministro dos Negócios Estrangeiros e do Comércio, em nome da Presidência húngara do Conselho da União Europeia, com a participação da Comissária responsável pelo Alargamento, Marta Kos. A delegação albanesa foi chefiada por Edi Rama, primeiro-ministro da Albânia.

A reunião serviu para iniciar negociações com a Albânia sobre o agregado 6: Relações externas, incluindo os seguintes capítulos de negociação: Capítulo 30 – Relações externas e Capítulo 31 – Política externa, de segurança e de defesa, e em que a UE também estabeleceu parâmetros de referência para o encerramento provisório destes capítulos.

Isso segue a abertura do primeiro cluster, sobre 'Fundamentos', na Conferência de Adesão com a Albânia em 15 de outubro de 2024.

Mais informação [aqui](#).

Guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia: UE adota 15.º pacote de medidas restritivas

O Conselho [adotou](#) o 15.º pacote de medidas restritivas económicas e individuais que visam limitar ainda mais a capacidade da Rússia para travar a guerra de agressão ilegal, não provocada e injustificada contra a Ucrânia.

Estas medidas destinam-se a combater a evasão às sanções da UE, visando a frota fantasma de Putin, e a enfraquecer o complexo militar e industrial da Rússia.

O Conselho chegou a acordo sobre um pacote significativo de **84 inscrições nas listas**, do qual constam 54 pessoas e 30 entidades responsáveis por ações que comprometem ou ameaçam a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia.

O Conselho acrescentou mais **navios** à lista de navios **sujeitos a uma proibição de acesso aos portos e a uma proibição de prestação de uma vasta gama de serviços** relacionados com o transporte marítimo.

O Conselho acrescentou também **32 novas entidades** à lista de entidades que apoiam diretamente o complexo militar e industrial da Rússia na sua guerra de agressão contra a Ucrânia.

A fim de melhor proteger as empresas europeias de **litígios com homólogas russas**, o Conselho decidiu proibir o reconhecimento ou a execução na UE das decisões proferidas pelos tribunais russos com base no artigo 248.º do Código de Processo de Arbitragem da Federação da Rússia.

Além disso, o Conselho introduziu uma derrogação que permite a libertação dos saldos de caixa detidos pelas **centrais de valores mobiliários (CSD) da UE**.

Por último, a UE prorrogou os prazos aplicáveis a determinadas derrogações necessárias para as **cessões de ativos na Rússia**.

Conselho (Assuntos Gerais), 17 dezembro 2024: Principais resultados alcançados

Os ministros centraram-se nos preparativos para o Conselho Europeu de 19 de dezembro, nas relações da UE com o Reino Unido e a Suíça, no planeamento legislativo e no futuro da Europa. O Conselho aprovou igualmente [conclusões sobre o alargamento](#) e aprovou o seu próximo programa de 18 meses.

Informação mais detalhada [aqui](#).

A Comissão e a Suíça concluem as negociações para elevar as relações bilaterais UE-Suíça a um novo patamar

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e a presidente da Confederação Suíça, Viola Amherd, confirmaram a conclusão das negociações sobre um amplo pacote de acordos que visam aprofundar e expandir as relações UE-Suíça.

O vasto pacote inclui uma vasta gama de elementos que podem ser consultados [aqui](#).



Economia, Comércio e Concorrência

Conselho adota novas regras para garantir um comércio mais seguro de armas de fogo

O Conselho [adotou](#) regras atualizadas da UE em matéria de importação, exportação e trânsito de armas de fogo. O novo regulamento visa colmatar as lacunas aproveitadas para o tráfico de armas de fogo, facilitando simultaneamente o comércio e a circulação legítimos de armas de fogo.

O regulamento revisto melhorará a rastreabilidade das armas de fogo para utilização civil, harmonizando os procedimentos em toda a UE e melhorando a cooperação entre as autoridades nacionais. Introduz igualmente medidas para garantir que as armas de fogo fabricadas legalmente e exportadas a partir da UE não sejam desviadas para o mercado ilegal.

As novas regras visam igualmente tornar os procedimentos mais simples e eficientes para os utilizadores legítimos, como os caçadores, os atiradores desportivos e os expositores, através da introdução de procedimentos harmonizados e digitalizados. Ao mesmo tempo, reduzem os encargos administrativos para os fabricantes e os armeiros, garantindo simultaneamente elevados padrões de segurança.

Regulamento relativo às máquinas não rodoviárias: Conselho dá aprovação final

O Conselho [adotou](#) o regulamento relativo à homologação e fiscalização do mercado de máquinas móveis não rodoviárias, que harmoniza os requisitos de segurança para as máquinas autopropulsionadas, nomeadamente cortadores de relva, ceifeiras-debulhadoras ou buldózers que têm de circular na via pública. Este é a última etapa do processo de decisão.

Embora o regulamento agora adotado harmonize as regras em vigor nos 27 Estados-Membros, os Estados-Membros manterão o poder de limitar a circulação de determinadas máquinas (ou seja, quando essas máquinas forem totalmente automatizadas, quando as máquinas pelas suas dimensões tão grandes possam prejudicar a manobrabilidade ou pelo seu peso possam danificar as vias ou outras infraestruturas de transporte). Os Estados-Membros poderão igualmente tomar medidas se a homologação concedida a máquinas específicas não cumprir o disposto no regulamento (ou seja, podem recusar-se a reconhecê-la).

Os produtores de pequenas séries (menos de 70 unidades por ano em cada Estado-Membro) serão dispensados de solicitar uma homologação UE.

Na sequência da aprovação pelo Conselho, o ato legislativo foi adotado e depois de assinado pela presidente do Parlamento Europeu e pelo presidente do Conselho, o regulamento será publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* e entrará em vigor 20 dias após a sua publicação. Será aplicável três anos mais tarde em todos os Estados-Membros.

A Comissão insta PORTUGAL a cumprir as disposições da legislação da UE em matéria de governação dos contratos públicos de subcontratação

A Comissão Europeia decidiu enviar um parecer fundamentado a **Portugal** [INFR(2023)2121] por não cumprimento das regras da UE em matéria de contratos públicos ([Diretiva 2014/24/UE](#)) no que respeita à subcontratação. Estas regras visam facilitar a participação de pequenas e médias empresas (PME) e a abertura da concorrência no mercado dos contratos públicos. O Código dos Contratos Públicos português permite que as entidades adjudicantes restrinjam a parte de um contrato que pode ser subcontratada a outra empresa. Segundo a Comissão, tal regra não é conforme com a diretiva, tal como interpretada pelo Tribunal de Justiça da União Europeia. Por conseguinte, a Comissão decidiu emitir um parecer fundamentado a Portugal, que dispõe agora de dois meses para responder e adotar as medidas necessárias. Caso contrário, a Comissão pode decidir instaurar uma ação no Tribunal de Justiça da União Europeia.



Educação

Relatório da Comissão revela oportunidades para o setor do ensino superior europeu ao abrigo da proposta de diploma europeu

A Comissão publicou um [relatório sobre os resultados finais de seis projetos-piloto Erasmus+](#), que reúne alianças entre universidades europeias e autoridades nacionais para testar os critérios comuns subjacentes a um diploma europeu. Todos os projetos concluíram que um [diploma europeu](#) constituiria um importante passo em frente no ensino superior europeu e criaria mais oportunidades para as instituições de ensino superior e os estudantes europeus.

O relatório fornece igualmente informações sobre o trabalho de quatro projetos-piloto Erasmus+ que testaram os instrumentos de cooperação da UE, tais como um eventual estatuto jurídico europeu para alianças de instituições de ensino superior. Liderado por 140 instituições de ensino superior e 17 ministérios, bem como por outros estudantes e parceiros sociais, o relatório formula recomendações sobre a forma de aprofundar a cooperação transnacional no ensino superior, um elemento fundamental do [Espaço](#)

[Europeu da Educação](#). Por exemplo, os projectos-piloto criaram uma lista única acordada de 16 critérios para o diploma europeu. Estes servirão de base para discussão no âmbito do próximo Laboratório de Política de Diplomas Europeus, apresentado no [Plano de Ação para Diplomas Europeus](#) apresentado em março de 2024.

O Plano de Ação para o Diploma Europeu foi proposto em março de 2024 e propõe um novo tipo de currículo comum, implementado numa base voluntária e com base num conjunto comum de critérios acordados a nível europeu. Para mais informações sobre o relatório, consultar o [sítio Web Espaço Europeu da Educação](#). Para mais informações sobre o diploma europeu, consulte as [perguntas frequentes](#).



Emprego e Demografia

Relatório da Comissão mostra que o rendimento real dos cidadãos aumentou e que os nacionais de países terceiros ajudaram o mercado de trabalho da UE a manter-se forte em 2023

A Comissão Europeia publicou a sua [análise anual de 2024 dos mercados de trabalho e da evolução salarial na Europa](#), com prefácio da Vice-Presidente Executiva Roxana Mînzatu.

O relatório mostra que o mercado de trabalho da UE permaneceu forte em 2023, apesar do abrandamento económico, com uma taxa de desemprego historicamente baixa e 5,5 milhões de postos de trabalho criados desde 2019. Os nacionais de países terceiros, incluindo os ucranianos, e os idosos com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos contribuíram para a maior parte deste aumento. De acordo com o relatório, a evolução favorável do mercado de trabalho reflete melhorias na correspondência entre candidatos a emprego e ofertas de emprego.

O relatório conclui que, em 2023, os salários reais voltaram a aumentar. As famílias com rendimentos mais baixos estavam mais bem protegidas, em grande parte devido a aumentos significativos dos salários mínimos legais que ajudaram a amortecer o impacto da inflação elevada no poder de compra dos trabalhadores com baixos salários. Tal demonstra também a importância das [novas regras da UE em matéria de salário mínimo](#) atualmente em vigor para reforçar a justiça social na Europa e tornar a nossa economia mais inclusiva, independentemente da idade e do género.

O relatório mostra também que as oportunidades para os trabalhadores mais velhos permanecerem no mercado de trabalho estão a aumentar. Conclui que, até 2030, haverá mais 8,8 milhões de trabalhadores entre os 55 e os 68 anos, em parte devido às recentes reformas dos regimes de pensões nos Estados-Membros da UE. Embora alguns grupos específicos de trabalhadores mais velhos permaneçam sub-representados no mercado de trabalho, o relatório conclui que estes poderiam tornar-se parte da força de trabalho ativa através de um apoio específico.

No entanto, o relatório alerta para o facto de a baixa produtividade, a escassez generalizada de mão de obra e de competências e o envelhecimento da população poderem, a longo prazo, comprometer as recentes mudanças positivas no mercado de trabalho e a competitividade da UE a longo prazo. Estas questões foram identificadas também no [pacote de outono do Semestre Europeu](#) (segunda parte), como riscos para a capacidade da UE para competir a nível mundial e sustentar o crescimento económico, a criação de emprego e a melhoria do nível de vida.



Energia

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) na vertente Energia, 16 dezembro 2024: principais resultados alcançados

Os ministros da Energia da UE aprovaram [conclusões sobre a promoção da energia geotérmica](#), na sequência da apresentação de um relatório da Agência Internacional da Energia sobre o futuro da energia geotérmica. Trocaram igualmente pontos de vista sobre o futuro da política energética tendo em vista uma verdadeira união da energia, debatendo as prioridades para o próximo ciclo legislativo.

Pode aceder [aqui](#) a mais informação sobre as discussões travadas nesta reunião e sobre os principais resultados alcançados.

A Comissão aprova um regime de auxílios estatais germano-neerlandeses no valor de 3 mil milhões de euros para apoiar a produção de combustíveis renováveis de origem não biológica

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime germano-neerlandês de 3 mil milhões de euros para apoiar a produção de combustíveis renováveis de origem não biológica (RFNBO), incluindo hidrogénio renovável, em todo o mundo. Estas RFNBOs serão importadas e vendidas na UE, contribuindo para os objetivos da [Estratégia de Hidrogénio da UE](#), do [Pacto Ecológico Europeu](#), bem como do [Plano REPowerEU](#) para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos e acelerar a transição verde.

A Alemanha e os Países Baixos notificaram a Comissão da sua intenção de introduzir um regime de 3 mil milhões de euros para apoiar a produção de RFNBO de forma eficiente em termos de custos. A Alemanha contribuirá para o regime com 2,7 mil milhões de euros e os Países Baixos com 300 milhões de euros.

Pode consultar [aqui](#) mais detalhes deste regime de auxílios germano-neerlandês.

A Comissão dá início a uma investigação aprofundada em matéria de auxílios estatais ao apoio polaco a centrais nucleares

A Comissão Europeia deu início a uma investigação aprofundada para avaliar se o apoio público que a Polónia tenciona conceder a uma central nuclear em Lubiatowo-Kopalino está em conformidade com as regras da UE em matéria de auxílios estatais.

Em setembro de 2024, a Polónia notificou a Comissão do seu plano de apoio à empresa pública Polskie Elektrownie Jądrowe sp. z o.o («PEJ») na construção de uma nova central nuclear em Lubiatowo-Kopalino.

A nova central, com uma capacidade de geração de eletricidade de até 3750 MW, deverá entrar em funcionamento no segundo semestre de 2030. Os custos totais de investimento do projeto estão estimados em cerca de 45 mil milhões de euros (192 mil milhões de złótis). A central aumentaria a segurança do aprovisionamento de eletricidade para a Polónia e para os países vizinhos, contribuindo para a descarbonização do setor energético e diversificando o cabaz energético polaco.

Pode encontrar mais informações [aqui](#).



Espaço

Comissão dá o próximo passo para implantar o sistema de satélite seguro IRIS2

A Comissão assinou o contrato de concessão da Infraestrutura para a Resiliência, Interconectividade e Segurança por Satélite (IRIS2), uma constelação multi-orbital de 290 satélites, com o consórcio SpaceRISE. Esta parceria desenvolverá, implantará e explorará o novo sistema da União Europeia. Trata-se de um passo significativo no sentido da soberania e da conectividade segura da Europa.

Mas informação [aqui](#).



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Teresa Anjinho eleita provedora de Justiça europeia

O Parlamento escolheu Teresa Anjinho para o cargo de provedora de Justiça europeia, com um mandato de cinco anos, com os votos de 344 eurodeputados numa votação secreta em sessão plenária.

A ex-secretária de Estado da Justiça e antiga provedora-adjunta de Justiça de Portugal Teresa Anjinho foi eleita na segunda ronda de votação, quando obteve a maioria necessária dos votos expressos.

Participaram seis candidatos na primeira e segunda voltas do escrutínio: Teresa Anjinho (Portugal), Emilio De Capitani (Itália), Marino Fardelli (Itália), Julia Laffranque (Estónia), Claudia Mahler (Áustria) e Reinier van Zutphen (Países Baixos).

Depois da aprovação pelo Parlamento Europeu, a nova provedora de justiça europeia assumirá funções após uma cerimónia de juramento, em 27 de fevereiro de 2025, no Tribunal de Justiça da UE, para um mandato de cinco anos.

Mais informações [aqui](#).

A Comissão considera que a Hungria não abordou suficientemente as violações dos princípios do Estado de direito e, por conseguinte, mantém medidas para proteger o orçamento da União

A Comissão Europeia adotou uma decisão relativa à Hungria ao abrigo do regime geral de condicionalidade do orçamento da UE. A decisão conclui que uma lei húngara notificada à Comissão em 2 de dezembro de 2024 não é suficiente para fazer face aos riscos de conflitos de interesses nos conselhos de administração dos chamados «fundos fiduciários de interesse público».

Com esta decisão, a Comissão concluiu que as alterações legislativas não abordam adequadamente as preocupações pendentes em matéria de conflitos de interesses nos conselhos de administração de fundos fiduciários de interesse público. Nessa base, a Comissão concluiu que a medida relativa aos fundos fiduciários de interesse público e às entidades por eles mantidas deveria permanecer em vigor. A Comissão delineou claramente as adaptações que seriam necessárias para remediar suficientemente a situação.

A outra medida do Conselho que suspende parte dos fundos de coesão também permanece em vigor, uma vez que a Hungria não notificou qualquer solução para resolver as questões conexas.

A Hungria pode, a qualquer momento, adotar e notificar novas medidas corretivas para demonstrar à Comissão que as medidas adotadas pelo Conselho devem ser adaptadas ou levantadas.

Mais detalhes desta decisão [aqui](#).

Bielorrússia: UE inclui 26 pessoas e duas entidades na lista de medidas restritivas tendo em conta a situação no país

O Conselho decidiu impor medidas restritivas a mais 26 pessoas e duas entidades da Bielorrússia, tendo em conta a situação no país.

No seu conjunto, as medidas restritivas da UE impostas à Bielorrússia aplicam-se agora a 287 pessoas e 39 entidades.

As pessoas e entidades designadas estão sujeitas ao congelamento de bens, e os cidadãos e as empresas da UE ficam proibidos de lhes disponibilizar fundos. As pessoas singulares estão ainda sujeitas a uma proibição de viajar, o que as impede de entrar ou transitar nos Estados-Membros da UE.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Haiti: UE sanciona três indivíduos em relação à escalada da violência de gangues no país

O Conselho adotou medidas restritivas contra três haitianos em vista da escalada da violência dos gangues, dos graves abusos dos direitos humanos cometidos pelos gangues no país e da impunidade contínua dos perpetradores.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Lista restrita de candidatos ao Prémio Paweł Adamowicz

As nomeações para a quarta edição do Prémio Paweł Adamowicz foram encerradas em 15 de novembro e este ano foi apresentado um elevado número de fortes nomeações. Muitos deles eram muito diversificados e de elevada qualidade, pelo que não foi fácil para a comissão de avaliação decidir sobre uma lista restrita.

O comité – avaliando os candidatos em função dos critérios de elegibilidade e de atribuição – apresentou uma lista restrita de seis candidatos (dois classificados em pé de igualdade), entre os quais o júri deve decidir.

O Júri do Prémio é composto por sete membros, da seguinte forma: Presidente do Júri: Patrick Molinoz, presidente da Comissão CIVEX, em representação do CR; Javier Zarzalejos, presidente da Comissão LIBE, em representação do Parlamento Europeu; Magdalena Adamowicz, deputada ao Parlamento Europeu, viúva de Paweł Adamowicz; Aleksandra Dulkiewicz, presidente do município de Gdańsk, parceira do Prémio; Annika Stömberg, Presidente da ICORN, parceira do Prémio; Jelena Drenjanin, presidente da Comissão de Governação do Congresso dos Poderes Locais e Regionais, em representação do Conselho da Europa, e, Maddalena Alberti, diretora da Agência para a Democracia Local (LDA) Zavidovići, laureada com o Prémio 2023.

Terão de decidir quem, de entre os candidatos pré-selecionados, se tornará um novo laureado.

Os nomeados selecionados (por ordem alfabética) são os seguintes: Bassam Aramin e Rami Elhanan (líderes comunitários palestinos e israelitas que trabalham na reconciliação entre as comunidades); Alain Chouraqui (fundador do Camp des Milles, França); Alexei Gorinov (líder da oposição russa a nível municipal, atualmente detido); Kamira (Federação Nacional das Associações de Mulheres Ciganas, Espanha); Vitali Klitschko (presidente do município de Kiev, Ucrânia); e, AndriySadovyi (presidente do município de Lviv, Ucrânia).

Os candidatos – presidentes de município, presidentes de regiões, membros do CR e do Parlamento Europeu, delegações nacionais no CR, associações nacionais de órgãos de poder local, grupos políticos do CR, organizações internacionais e ONG – manifestam grande preocupação com os conflitos que atravessam as fronteiras europeias.

Todos os candidatos representam esforços para alcançar a paz, a liberdade, a justiça e a integração; a sua luta contra o ódio, a discriminação, a tirania e a guerra, aparecem como tensões muito fortes do prémio deste ano.

O vencedor será proclamado em Gdańsk, durante a comemoração do falecido presidente do município, Paweł Adamowicz, em 13 de janeiro de 2025. O evento será transmitido e as notícias publicadas [nesta página](#).

A cerimónia de entrega dos prémios terá lugar durante a reunião plenária constitutiva do Comité das Regiões Europeu, em 20 de fevereiro, em Bruxelas.

Portugueses confiam na UE e consideram custo de vida o principal problema do país

O mais recente Eurobarómetro [publicado](#) pela Comissão Europeia revela que 67 por cento dos portugueses tendem a confiar na União Europeia (UE), o **segundo valor mais elevado ao nível europeu**, enquanto sensivelmente dois terços (66 por cento) afirmam que se sentem ligados à União. O **aumento do custo de vida**, a **saúde** e a **habitação** são os problemas mais importantes do país.



Habitação

Empresas de construção europeias publicam recomendações para futuros planos de habitação sustentável e acessível

A Federação Europeia da Indústria da Construção (FIEC) [publicou](#) as suas expectativas para os futuros planos da Comissão Europeia em matéria de habitação sustentável e acessível.

Centra-se, em particular: na mobilização de investimentos privados e públicos; na flexibilização das regras prudenciais impostas por Basileia III, a fim de mobilizar o investimento privado; em melhorar o acesso das famílias e dos jovens ao crédito hipotecário; num quadro regulamentar e administrativo simplificado para as empresas de construção, com regras claras que possam acelerar os processos de construção, reduzir os custos de construção e criar acessibilidade global; e, num maior apoio à investigação e à inovação, bem como à digitalização.

Além disso, todos os intervenientes devem continuar a trabalhar no sentido de melhorar a atratividade do sector, a fim de combater a escassez de mão de obra qualificada.

Os últimos dados da FIEC mostram "que o setor da construção residencial registou um declínio significativo em vários Estados-Membros. No geral, a construção e renovação de habitações contraiu 2,6% em 2023 e espera-se que continue a cair 5,7% em 2024. O baixo investimento na construção e renovação de habitações, devido aos elevados custos, está a afetar a procura em toda a UE", escreve a FIEC.

Os custos de construção atingiram um nível recorde após a pandemia e sob o impacto da guerra na Ucrânia, aponta a FIEC, que também aponta para "um ambiente regulatório pesado" para a produção habitacional.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social e Migrações

Comissão publica inquérito Eurobarómetro sobre o apoio à igualdade entre homens e mulheres na Europa

A Comissão publicou os resultados do [inquérito Eurobarómetro sobre estereótipos de género](#). Os resultados mostram que, de um modo geral, os cidadãos da UE consideram que a igualdade entre homens e mulheres é benéfica para todos. No entanto, persistem alguns estereótipos de género em domínios diferentes, tendo sido detetadas diferenças entre os Estados-Membros e os grupos etários.

O inquérito fornece informações sobre a perceção dos estereótipos de género em vários contextos: doméstico e profissional, política e cargos de gestão, e perceções das diferenças de género no tratamento em situações quotidianas. Este inquérito surge na sequência de inquéritos semelhantes realizados sobre o tema da igualdade de género em [2009](#), [2014](#) e [2017](#).

Registaram-se progressos positivos: três em cada quatro inquiridos reconhecem que os homens também beneficiam da igualdade de género e 90% dos cidadãos da UE consideram que é tão importante para as mulheres como para os homens serem financeiramente independentes. No entanto, alguns resultados sugerem que persistem certos estereótipos de género. Por exemplo, 49% dos inquiridos concordam que os homens são naturalmente menos competentes do que as mulheres nas tarefas domésticas.

Além disso, algumas atitudes estereotipadas em relação às capacidades das mulheres e dos homens na política parecem ter aumentado desde 2017, com o inquérito agora levado a cabo a mostrar que 47 % dos inquiridos concordam que os homens são mais ambiciosos na política do que as mulheres. No entanto, a nível da UE, mais de metade dos inquiridos são favoráveis à introdução de medidas para combater a sub-representação das mulheres na política.

Hadja Lahbib, Comissária responsável pela Igualdade, Preparação e Gestão de Crises, declarou: «Os estereótipos de género afetam-nos a todos, mas é injusto que estes preconceitos continuem a ter impacto na vida profissional e pessoal dos nossos cidadãos. O inquérito de hoje mostra até onde chegámos e até onde ainda temos de ir. Dispomos de instrumentos para implementar esta mudança, como a nossa diretiva relativa ao equilíbrio entre homens e mulheres nos conselhos de administração. Estou empenhado em intensificar este trabalho durante o meu mandato.».

Estão disponíveis em linha mais informações sobre o inquérito e o trabalho da Comissão para [promover a igualdade entre homens e mulheres](#).



Indústria

Diálogo estratégico sobre o futuro da indústria automóvel europeia começa em janeiro

Em 27 de novembro de 2024, num discurso perante o Parlamento Europeu, Ursula von der Leyen [anunciou](#) a sua decisão de convocar um diálogo estratégico sobre o futuro da indústria automóvel na Europa. O diálogo será lançado oficialmente já em janeiro de 2025 com o objetivo de propor e aplicar de forma célere medidas urgentes para o setor.

A presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, declarou: «O setor automóvel é um orgulho europeu e é essencial para a prosperidade da Europa. Impulsiona a inovação, assegura milhões de postos de trabalho e é o maior investidor privado em investigação e desenvolvimento. Cada setor tem necessidades próprias e cabe-nos conceber soluções adaptadas que sejam simultaneamente limpas e competitivas. Devemos apoiar esta indústria na transição profunda e disruptiva que se avizinha e assegurar que o futuro do setor

continuará a estar firmemente enraizado na Europa. Por esta razão, convoquei um diálogo estratégico sobre o futuro da indústria automóvel europeia. Lançaremos este diálogo já em janeiro para prepararmos em conjunto o nosso futuro comum.».

Comissão aprova regime de auxílios estatais francês para apoiar a descarbonização do setor industrial

A Comissão Europeia aprovou, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime francês de um montante máximo de 3 mil milhões de euros para apoiar, por um período de 15 anos, as empresas sujeitas ao [regime de comércio de licenças de emissão da UE \(RCLE-UE\)](#) na descarbonização dos seus processos de produção. A medida contribuirá para a implementação do Plano Nacional de Energia e Clima da França e para o cumprimento das metas do [Pacto Ecológico Europeu](#).

Pode consultar [aqui](#) mais detalhes deste regime de auxílios estatais francês.



Instituições & União Europeia

Conclusões do Conselho Europeu, 19 de dezembro de 2024

Em 19 de dezembro, o Conselho Europeu adotou conclusões sobre a Ucrânia, o Médio Oriente, a UE no mundo, a resiliência, a prontidão, a prevenção de crises e resposta a situações de crise, a migração e outros pontos.

Pode aceder a mais informações na [página dedicada da reunião](#) e aceder à [versão integral do texto das conclusões adotadas](#).

Comissão adota processos por infração em dezembro

Para ajudar os cidadãos e as empresas a colher todos os benefícios da União Europeia, a Comissão mantém um diálogo permanente com os Estados-Membros para assegurar o cumprimento da legislação da UE e dar início a processos por infração contra os Estados-Membros em caso de incumprimento das regras da UE.

As decisões tomadas, no âmbito deste pacote de processos por infração, incluem 43 cartas de notificação para cumprir e 45 pareceres fundamentados. A Comissão decidiu também remeter 7 processos para o Tribunal de Justiça da União Europeia. Por último, a Comissão decidiu encerrar 69 processos em que os Estados-Membros em causa, em cooperação com a Comissão, puseram termo a uma infração e garantiram a conformidade com o direito da UE. O [resumo das principais decisões](#) e as referências dos comunicados de imprensa relevantes estão disponíveis em linha. Os [principais aspetos dos processos por infração](#) são descritos em linha.

No que se refere a Portugal, [foram instaurados três novos procedimentos de infração](#).

Países violam as leis da UE, mas os processos avançam a passo de caracol, segundo o Tribunal de Contas Europeu

A Comissão Europeia [ainda](#) demora demasiado a encerrar os processos que inicia quando os países não aplicam as leis da União Europeia (UE) – os chamados "processos de infração" –, apesar de ter melhorado a forma como deteta e corrige estes casos. Na maioria das vezes, chega-se a uma solução antes de se aplicarem multas, mas alguns países não corrigem as violações das leis da UE mesmo que paguem multas anos a fio. Estas são as conclusões do [relatório](#) agora publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE).

Novas comissões do PE vão trabalhar nos domínios da segurança e da defesa, da saúde, da democracia e da habitação

As [subcomissões](#) existentes em matéria de segurança e defesa e de [saúde pública](#) foram transformadas em comissões de pleno direito. Em 2025, haverá também duas novas [comissões especiais](#): uma sobre a chamada iniciativa "Escudo da Democracia", incluída nas [orientações políticas da Comissão para 2024-2029](#), e outra para lidar com a atual [crise habitacional](#) da UE.

As alterações foram apresentadas pela [Presidente Metsola e pelos líderes dos grupos políticos do Parlamento](#) para dar resposta aos atuais desafios da Europa, bem como às próprias prioridades do Parlamento, tendo simultaneamente em conta as preocupações dos cidadãos e os resultados das eleições europeias.

Mais informações [aqui](#).



Investigação e inovação científica, ciência

As empresas da UE são as principais congéneres dos EUA e da China no crescimento do investimento em I&D, quebrando a tendência de uma década

A indústria europeia aumentou o seu investimento em investigação e desenvolvimento (I&D) em 9,8 % em 2023, ultrapassando o crescimento do investimento empresarial em I&D nos EUA (+5,9 %) e na China (+9,6 %) pela primeira vez desde 2013, de acordo com a nova edição do [Painel de Avaliação do Investimento em I&D Industrial da UE](#) agora publicada.

Em 2023, a UE ficou em segundo lugar a nível mundial no investimento privado em I&D (18,7 %), atrás dos EUA (42,3 %), mas à frente da China (17,1 %), do Japão (8,3 %) e dos países do resto do mundo (13,6 %). Apesar do abrandamento do crescimento mundial da I&D (+7,8 % contra +12,6 % em 2022), as 2000 principais empresas investiram um valor recorde de 1257,5 mil milhões de EUR em I&D em

2023. As 50 principais empresas, entre as quais 11 empresas da UE, contribuíram com 40,1 % dos investimentos, revelando uma forte concentração de I&D nos maiores intervenientes.

A investigação e a inovação (I&I) estarão no centro da economia da UE nos próximos anos, com o objetivo de impulsionar a inovação e a excelência científica na corrida a uma economia limpa e digital e contribuir para a competitividade sustentável e a prosperidade da UE. O Painel de Avaliação deste ano reafirma que, embora as empresas europeias sejam intervenientes mundiais relevantes, a estrutura industrial explica as lacunas de inovação em relação aos principais concorrentes. Além disso, a UE deve continuar a impulsionar os investimentos privados em I&I, desenvolver setores-chave, como as tecnologias da informação e da comunicação e da comunicação (TIC) e a saúde, combater as disparidades entre os Estados-Membros e promover a implantação de tecnologias e a criação e o crescimento de intervenientes sediados na UE.

Mais informações [aqui](#).



Mar e Pescas

Relatório de 2024 sobre o mercado do peixe na UE

O “mercado do peixe da EU” visa fornecer uma descrição económica de todo o sector europeu das pescas e da aquicultura. Responde a questões como o que é produzido/exportado/importado, quando e onde, o que é consumido, por quem e quais são as principais tendências. Uma análise comparativa permite avaliar o desempenho dos produtos da pesca e da aquicultura no mercado da UE em comparação com outros alimentos produzidos.

Pode encontrar mais informação [aqui](#), bem como o acesso à [versão integral do relatório](#).

Parceria para a Economia Azul Sustentável: Agenda Estratégica e de Inovação 2024-2026

O [presente documento](#) define a visão da Parceria e serve de quadro orientador para os países parceiros, as bacias marítimas e a Comissão Europeia alinharem as suas agendas de investigação e inovação no domínio da economia azul sustentável para o período 2024-2026.

Refletindo sobre as recentes mudanças e desafios globais, a nova Agenda Estratégica de Investigação e Inovação coloca um foco ainda maior na geração de impacto diante das transformações globais em andamento em comparação com a primeira edição lançada em 2021.



Mobilidade

Segurança rodoviária: Conselho adota novo ato legislativo com vista a uma melhor cooperação no tocante a infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária em toda a Europa

A fim de garantir um tráfego rodoviário mais seguro em toda a Europa, o Conselho [adotou](#) um novo ato legislativo que altera a diretiva de 2015 que visa facilitar o **intercâmbio transfronteiriço de informações** sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária. Este novo ato faz parte do pacote legislativo sobre a segurança rodoviária.

A diretiva revista tem por objetivos: Aumentar o **cumprimento por parte dos condutores não residentes** das regras de trânsito adicionais relacionadas com a segurança rodoviária; Racionalizar os procedimentos de **assistência mútua** entre Estados-Membros na investigação transfronteiriça de infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária; e, Reforçar a **proteção dos direitos fundamentais** dos infratores não residentes.

Os legisladores introduziram várias alterações à proposta inicial da Comissão destinadas, sobretudo, a clarificar o **âmbito de aplicação** e as **definições** do ato jurídico. Nessas alterações incluem-se, nomeadamente: A introdução do conceito de «**pessoa em causa**», enquanto pessoa identificada como responsável por uma infração às regras de trânsito relacionada com a segurança rodoviária; A clarificação das funções e responsabilidades dos **pontos de contacto nacionais** e das autoridades competentes; O aditamento de mais infrações à diretiva revista, tais como casos de desrespeito das regras relativas às **restrições de acesso aos veículos**, das regras aplicáveis nas passagem de nível ou à cedência de passagem a veículos em serviços de urgência e casos de delito de fuga, para além de aceitar as infrações propostas pela Comissão, como a transposição de uma linha contínua, a ultrapassagem perigosa, o estacionamento perigoso, a condução em contramão ou a utilização de veículos com excesso de carga; Uma maior clarificação dos diferentes procedimentos relacionados com o acesso aos **dados de registo de veículos** e das diferentes opções para as autoridades competentes solicitarem **assistência mútua** com vista a garantir que a pessoa em causa seja identificada, que a notificação da infração rodoviária chegue ao local certo num prazo razoável e que a sanção seja aplicada; e, A introdução de todas as **salvaguardas** necessárias para proteger os direitos fundamentais do condutor ou de qualquer outra pessoa em causa,

nomeadamente através da criação de um quadro claro para impedir quaisquer abusos por parte de **entidades privadas** implicadas no tratamento de infrações às regras da segurança rodoviária, bem como mecanismos mais eficazes de proteção dos dados pessoais.

Na sequência desta adoção, o ato legislativo será assinado pelos presidentes do Conselho e do Parlamento Europeu e será publicado no Jornal Oficial da UE nas próximas semanas. A diretiva revista entrará em vigor vinte dias após a sua publicação. Os Estados-Membros dispõem de 30 meses para transporem as disposições da diretiva revista para o respetivo direito nacional.



Proteção Civil

UE mobiliza apoio a Maiote e aos países africanos afetados pelo ciclone Chido

A Comissão Europeia está a prestar nova ajuda de emergência para apoiar as comunidades devastadas pelo ciclone Chido em Maiote e em Moçambique.

Em resposta ao pedido de assistência da França, a Bélgica, a Alemanha, a Itália e a Suécia ofereceram abrigos e outros artigos através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. A UE está igualmente disposta a mobilizar apoio adicional através das suas reservas rescEU. O Serviço de Gestão de Emergências Copernicus da UE também elaborou mapas para Maiote e Moçambique para apoiar os esforços de socorro.

Em Moçambique, foram atribuídos 900 000 euros em ajuda humanitária de emergência às comunidades afetadas, com especial incidência em abrigo, água, cuidados de saúde e proteção. Além disso, cinco voos de transporte aéreo humanitário fornecerão 60 toneladas de ajuda de emergência, incluindo material de alojamento, das reservas da UE em Nairobi para Pemba, Cabo Delgado. Além disso, graças aos projetos existentes financiados pela UE, os parceiros já estão a mobilizar ajuda de emergência imediata.

Hadja Lahbib, Comissária responsável pela Igualdade, Preparação e Gestão de Crises, declarou: «Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para apoiar Maiote, e agradeço aos nossos Estados-Membros o seu rápido apoio através do nosso Mecanismo de Proteção Civil. É essencial conseguir ajuda para as muitas pessoas que ficaram desabrigadas pelo ciclone Chido. Estamos também a prestar ajuda de emergência a Moçambique, que também foi particularmente afetado.».



Saúde

A Comissão adota a proibição do bisfenol A nos materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos

A Comissão adotou uma proibição da utilização de bisfenol A (BPA) em materiais destinados a entrar em [contacto com os alimentos](#), devido aos seus efeitos potencialmente nocivos para a saúde. O BPA é um produto químico utilizado no fabrico de determinados plásticos e resinas.

A proibição significa que o BPA não será permitido em produtos que entrem em contato com alimentos ou bebidas, como revestimento em latas de metal, garrafas plásticas reutilizáveis de bebidas, refrigeradores de distribuição de água e outros utensílios de cozinha. A proibição segue-se a uma votação positiva dos Estados-Membros da UE no início deste ano e a um período de escrutínio pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, e tem em conta a mais recente avaliação científica da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA). A AESA concluiu, nomeadamente, que o BPA tinha «efeitos potencialmente nocivos no sistema imunitário» e que a proibição proposta se seguiu a uma consulta pública e a debates aprofundados com todos os Estados-Membros.

O BPA já é proibido na UE para biberões e produtos similares. Para a maioria dos produtos, haverá um período de eliminação progressiva de 18 meses, com exceções muito limitadas em que não há alternativa, para dar tempo à indústria para se adaptar e evitar perturbações na cadeia alimentar. A proibição inclui também outros bisfenóis nocivos para a reprodução e para o sistema endócrino.



Tecnologia e Informática

Comissão dá início a um processo formal contra o TikTok por riscos eleitorais ao abrigo do Regulamento Serviços Digitais

A Comissão deu início a um processo formal contra o TikTok por suspeita de violação do Regulamento Serviços Digitais (DSA) em relação à obrigação do TikTok de avaliar e atenuar adequadamente os riscos sistémicos associados à integridade eleitoral, nomeadamente no contexto das recentes eleições presidenciais romenas de 24 de novembro.

Mais detalhes [aqui](#).

Comissão procura obter reações sobre as medidas que a Apple deve tomar para assegurar a interoperabilidade ao abrigo do Regulamento Mercados Digitais

A Comissão enviou conclusões preliminares à **Apple** no contexto dos **dois procedimentos de especificação** iniciados [em 19 de setembro de 2024](#). Estas conclusões indicam as medidas propostas para que a Apple assegure a interoperabilidade dos dispositivos

conectados com os iPhones e torne a interoperabilidade por terceiros mais previsível e transparente, tal como exigido pelo [Regulamento Mercados Digitais](#).

Nos termos do Regulamento Mercados Digitais, a Apple deve proporcionar aos programadores e às empresas uma interoperabilidade gratuita e eficaz com funcionalidades de hardware e software controladas pelos seus sistemas operativos iOS e iPadOS, que são serviços essenciais de plataforma para os quais a Apple foi designada como controlador de acesso.

As partes interessadas têm até **9 de janeiro de 2025** para apresentar os seus pontos de vista sobre cada um dos dois conjuntos de medidas. Os resumos **não confidenciais dos dois processos e das medidas previstas** estão igualmente disponíveis nas páginas de consulta.

A Comissão avaliará cuidadosamente as observações apresentadas pelas partes interessadas e pela Apple. Os contributos recebidos podem desencadear ajustamentos às medidas que serão incluídas nas duas decisões vinculativas finais. A Comissão dispõe de seis meses a contar da abertura dos dois procedimentos de especificação para adotar as decisões finais.

Pode encontrar mais informações [aqui](#).

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para 2025.

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para 2025.

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Polaca](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões](#)!



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!